



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 10 / 2021



AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo, no uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 72 da Lei Orgânica, comunico a esse colendo Poder Legislativo que **decidi VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** o Projeto de Lei Complementar nº 1152/2021, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 825, de 05 de outubro de 2020".

Consultada, a Procuradoria Geral do Município **opinou** no seguinte sentido:

"Em suma, o projeto de lei de autoria parlamentar, versa a respeito de alteração legislativa da Lei Complementar nº 1152/2021 que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 825, de 05 de outubro de 2020 ."

A Lei Complementar nº 825/2020 na sua essência, teve origem no Poder Executivo Municipal por meio do Projeto de Lei Complementar nº 1128/2020, visando a reestruturação do Centro de Zoonoses, devidamente aprovado na CMPV.

Todavia, o projeto de lei nº 1152/2021 deverá ser **VETADO INTEGRALMENTE** por razão de vício de iniciativa e violação ao Princípio da Separação dos Poderes, possível **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL**, (art. 2º da CF).

São privativas do Prefeito, a iniciativa a leis que versem a respeito da criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgão da Administração Pública Municipal (art. 65, § 1º, IV LOM/PPVH).

Assim, padece de inconstitucionalidade por vício de iniciativa o Projeto de Lei, na medida em que o art. 61, §1º, inc. II, alínea "b" da Constituição federal, art. 39, § 1º, inciso II, alínea "d", art. 40, inciso I e art. 65, inciso VII, da Constituição Estadual, e art. 65, § 1º, inciso IV, VI, da Lei Orgânica Municipal estabelecem que a criação, estruturação e atribuição de Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal são de reserva exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Do ponto de vista jurisprudencial, os tribunais vem reconhecendo a Inconstitucionalidade desse tipo de legislação:

"Agravamento Regimental no Recurso Extraordinário com Agravamento Administrativo. Instituição de serviço de odontologia nas escolas da rede municipal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Vício de iniciativa. **Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre atribuições e estabelece obrigação a órgão da administração pública**. Acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência deste supremo tribunal. Precedentes. Agravamento regimental desprovido. (ARE 761.857-AgR, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 20/4/2017)

(...)

Agravamento Regimental no Recurso Extraordinário. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Vício de iniciativa. **Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre atribuições e estabelece obrigação a órgão da administração pública**. Inconstitucionalidade. Precedentes. Agravamento ao qual se nega provimento. 1. Acórdão recorrido que se



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



encontra em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que **padece de inconstitucionalidade formal a lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, matéria da competência privativa do Chefe do Poder Executivo**. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (RE 653.041-AgR, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe de 9/8/2016)

Assim, projeto de lei que viola o Princípio da Separação dos Poderes, além de adentrar em atribuições da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, é necessário reconhecer que a Câmara Legislativa de Porto Velho/RO, violou regras de iniciativa do processo legislativo municipal."

Essas, senhores Vereadores, são as razões que me levaram a **VETAR INTEGRALMENTE** o projeto de lei em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores membros da Câmara Municipal.

Porto Velho – RO, 29 de março de 2021.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito